

No discurso que hoje devo dizer, e em todos aqueles que me será necessário manter aqui, durante anos talvez, teria querido insinuar-me sub-repticiamente. Mais do que tomar a palavra, eu teria querido ser envolvido por ela e levado muito para além de todo o começo possível. Teria gostado de me aperceber que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia há muito: ter-me-ia sido suficiente então encadear, prosseguir a frase, alojar-me, sem ser percebido, nos seus interstícios, como se ela me houvesse feito sinal mantendo-se, por um instante, em suspensão. Começos, nenhum haveria portanto; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso do seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto do seu desaparecimento possível.

Eu teria gostado que existisse por trás de mim (tendo tomado a palavra há muito tempo, duplicando de

* Por motivo de horário, certas passagens foram encurtadas e modificadas na leitura. Aqui foram reproduzidas na íntegra.

antemão tudo o que vou dizer) uma voz que dissesse: «É preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as houver, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que elas me digam — estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez elas já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar da minha história, diante da porta que se abre sobre a minha história, e ficaria surpreendido se ela se abrisse.»

Existe em muita gente, creio, um igual desejo de não ter de começar, um igual desejo de se descobrir, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez mesmo de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; ela torna os começos solenes, rodeia-os de um círculo de atenção e de silêncio, e impõe-lhes, como que para os sinalizar à distância, formas ritualizadas.

O desejo diz: «Não quereria ter que entrar eu mesmo nesta ordem aleatória do discurso; não quereria ter de me confrontar com o que ele tem de categórico e de decisivo; gostaria que o discurso existisse em meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, onde os outros respondessem à minha expectativa, e de onde, uma a uma, as verdades se erguessem; eu não teria senão que me deixar levar, nele e por ele, como um destroço feliz.» E a instituição responde: «Não tens por que temer começar; esta-

mos todos aqui para te mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo que se cuida da sua aparição; que foi preparado para ele um lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe acontece ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele o obtém.»

Mas talvez essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso na sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória, destinada a apagar-se, sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa actividade, todavia quotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imaginam; inquietação de suspeitar de lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras das quais o uso há tanto tempo reduziu as asperidades.

Mas o que há afinal de tão perigoso no facto de as pessoas falarem e de os seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde está então o perigo?

*

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar — ou talvez o teatro muito provisório — do trabalho que faço: suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função esconjurar os seus poderes e perigos, dominar

o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade.

Numa sociedade como a nossa são bem conhecidos, é certo, os procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é o interdito. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que não é qualquer um, enfim, que pode falar de qualquer coisa. Tabu do objecto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interditos que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grelha complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, nos nossos dias, as regiões onde a grelha é mais cerrada, onde as casas negras se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, os interditos que o atingem revelam bem cedo, e muito depressa, a sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto nada há de surpreendente: uma vez que o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e uma vez que — e isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo

pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Existe na nossa sociedade um outro princípio de exclusão: já não um interdito, mas uma distinção e uma rejeição. Penso na oposição *razão e loucura*. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que a sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um acto ou um contrato, não podendo mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; ocorre também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todos os outros, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de ver com toda a ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. É curioso constatar que durante séculos, na Europa, a palavra do louco não era ouvida, ou então, se o era, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada — rejeitada logo que proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingénua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, em sentido estrito ela não existia. Era através das suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a distinção; mas nunca eram acolhidas nem escutadas. Nunca antes do fim do século XVIII um médico teve a ideia de saber o que era dito (como era dito, por que era dito) nessa pala-